

## CAMINHAR BRASILEIRO NA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>

Marcelo Micke Dotti

Paulo Alves de Lima Filho

Sinclair Mallet Guy Guerra<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo, extrato de pesquisa desenvolvida por seus autores a respeito de novas formas de imperialismo, agora não mais por meio de invasões marítimo-militares, como no passado, mas sim por meio de acordos ditos legais, mas que não deixam de ser invasivos, procura mostrar seu lado moderno. Para tal não deixa de recuperar preceitos teóricos dos estudiosos pioneiros.

**Palavras-chave:** Imperialismo. energia elétrica.

**ABSTRACT:** Article extract research developed by the authors about new forms of imperialism, no longer through maritime and military invasions, as in the past, but through legal agreements said, but they are still looking for invasive show off your modern side. To do this it still recovering theoretical precepts of pioneering scholars

**Keywords:** Imperialism. electric power.

*Ao Prof. Dr. Oswaldo Seva, in memoriam<sup>3</sup>*

### INTRODUÇÃO

Todo e qualquer estudo sobre o papel da energia no cotidiano começa sempre afirmando sua importância para a vida moderna, o que já se tornou repetitivo e até mesmo desgastante. Tal desgaste ocorre pela total falta de visão de totalidade<sup>4</sup> de sua

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n2.8266>

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado como síntese do projeto de pesquisa sobre o mesmo tema coordenado pelo Prof. Dr. Sinclair Mallet Guy Guerra.

<sup>2</sup> Os autores são respectivamente membros: os dois primeiros são professores e pesquisadores da Fatec/Mococa/SP e o último do PGENE/CECS/UFABC.

<sup>3</sup> Professor e pesquisador do DE/FEM/UNICAMP que, por sua intensa batalha em prol de um Brasil menos desigual e mais justo, desenvolvia estudos e projetos visando apontar as principais deficiências e falhas de questões relevantes da Energia no país, principalmente na GTDCU de hidreletricidade, faz jus a esta deferência. O Prof. Dr. Oswaldo Sevá faleceu em 28/02/2015 depois de uma feroz luta para sobreviver a um câncer de pulmão.

<sup>4</sup> Neste caso usa-se o conceito de *totalidade* no sentido da globalidade da compreensão do que se chamou de GTDCU. Adiante empregaremos a mesma como *categoria marxiana do conhecimento*. Em outros

participação e seus detalhes. No caso específico da energia elétrica que compreende cinco fases fundamentais ao se decompor em geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final (daqui em diante GTDCU) a necessidade de uma visão total é mais que importante tanto são os fatores imbricados e decorrentes.

Nas palavras de SLESSER (1978)<sup>5</sup> “... a energia não pode ser tratada apenas como mais um input...”. No caso brasileiro, o planejamento energético do país dá clara e definidamente prioridade à energia elétrica com a argumentação de que o país dispõe de abundantes reservas hidrológicas. A oferta interna de eletricidade alcançou em 2011 531,8 TWh, com 81,9% de origem hidráulica incluindo a parcela importada. É conveniente destacar-se que estimativas oficiais indicam que o potencial ainda remanescente é de 76% do total, estimado pela ANEEL em 2000 em 260 GW, sendo, naquele momento avaliado em 40% a participação da bacia amazônica nesse total. Destaca-se essa participação para que nos seja permitida a importância do processo imperialista que o país vem desenvolvendo sobre países da América do Sul, com incursão até mesmo na América Central.

Afirmada essa participação percentual do potencial hídrico da bacia amazônica e aplicando-se a expressão imperialismo tem-se, inicialmente, a definição do macro objetivo deste artigo.

### **Conceitualização e desenvolvimento**

Entre os inúmeros teóricos que se debruçaram sobre a conceituação definidora de imperialismo e que tenha um sentido de permanência, de atualidade destaca-se Kautsky<sup>6</sup> que, mesmo tendo escrito entre 1914-1916, ainda vige até hoje. Sua conceituação tem a força de uma tautologia por se tornar redundante, como se pode verificar diretamente em suas palavras:

“(Podemos encontrar) *no termo imperialismo todos os fenômenos do capitalismo moderno: cartéis, impostos protecionistas, poder financeiro e política colonial. Entendido desse modo o imperialismo é naturalmente uma*

---

termos, totalidade como a compreensão de todos os momentos e determinações devidamente ponderados a compor um modo de produção, suas formações socioeconômicas e culturais bem como a integração de uma análise particular – como a que se faz neste texto – com outros momentos da sociedade. O exemplo mais claro estará em nossa análise de imperialismo.

<sup>5</sup> SLESSER, M. *The energy in the economy*, ed. The MacMillan Press, London, 1978.

<sup>6</sup> KAUTSKI, K. *O Imperialismo*, ed. Neue Zeit, Berlin, 1914

*necessidade vital para o capitalismo, Mas, essa interpretação não é senão uma frágil tautologia, que não nos diz outra coisa a não ser que o capitalismo não pode existir sem capitalismo.”* (K. Kautsky, 1914-1916).

Parte-se para desenvolver o conceituado por Kautsky dada sua permanência, como se verá ao se discorrer sobre a ação brasileira na América Latina no tocante a implantação de sistemas de geração de energia elétrica. Em tal sistema ficam claros e patentes os pontos destacados por esse autor mesmo no período de 1914-1916.

Sem alongarmo-nos muito é necessário e mesmo vital ampliar ainda mais o conceito de imperialismo para demonstrar não apenas seu rigor como também sua validade dentro do quadro estabelecido para as UHEs (Usinas Hidrelétricas) brasileiras. Neste caso ainda há relações imbricadas com o conceito de geopolítica a ser posteriormente destacado.

Não se quer correr risco de pedantismo, mas é certamente importante ou ao menos útil sublinhar o significado de império e seu derivado em imperialismo. O conceito é amplo no sentido de abranger formações socioeconômicas e culturais as mais diferentes, em vários momentos da história tanto no ocidente como mundial, bem como por vários espaços geográficos. Logo, o estabelecimento do conceito é um *tour de force* quando colocado sem o rigor do *concreto pensado* como nos diria Marx na *Introdução de 1857*. Por meio desse risco deve-se lembrar de que *imperium* é palavra que nos advém de Roma. Por *imperium* entende-se “uma vasta soma de poderes reservados, entre os magistrados ordinários, via de regra, aos cônsules e pretores”.<sup>7</sup> Logo, conceito atribuído ao poder exercido pelos cidadãos em determinados postos que com a queda da República Romana<sup>8</sup> torna-se cada vez mais o poder centralizado nas mãos de um único chefe de estado e sua elite coordenando a grande marca do que seria o Império Romano: seu enorme espaço de abrangência e de controle sob uma das máquinas de guerra mais impressionantes montadas na história, ou seja, o exército romano. Dai em diante e acordo com JARIGUE (p.182) em seu trabalho de análise sobre as críticas que passam a ser feitos pela introdução gradativa de alterações e mudanças nos novos processos tecnológicos

“...as categorias marginalizadas pelo imperialismo (que passa a se desenvolver) são agora objeto de trabalhos que contribuem a refazer uma dignidade: são os proletários sem voz, os camponeses sem terra, os bandidos, os vagabundos,

minorias de todas as espécies que tentam preservar seus modos de vida e seu meio-ambiente da expansão e de seus modos de exploração da natureza”

Fazendo tábula rasa de vários momentos históricos e outras significações para o conceito de *imperium* (daqui para frente designado em sua forma portuguesa por *império* e sua ação substantiva sobre espaços geográficos e centralizados sob um controle central como *imperialismo*), pode-se dizer que as formas iniciais do capital como pré-capitalismo já inicia ações imperialistas sobre os espaços americanos e alguns da Ásia e África demonstrando a crueldade e violência do mesmo. Posteriormente de meados do século XIX até o pós-guerra (1945) teremos o desmanche dos impérios europeus surgidos com o processo industrial e seu corolário: a expansão necessária do capital, expansão sem a qual o mesmo não se reproduz, não concentra e centraliza, não acumula e, inevitavelmente, dissolve-se. É o *imperialismo clássico* analisado por Hobson, Lênin, Kautsky, Bukharin, Rosa de Luxemburgo, Hilferding, entre outros. Imperialismo marcado pelo poder militar sobre vastas regiões (quase toda) África e Ásia por parte de nações como França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, ratificadas na Conferência de Berlim de 1884-1885 e garantindo amplíssimos espaços para que as classes hegemônicas do capital dos países metrópoles contassem com os auspícios de suas elites representantes nos respectivos Estados garantindo a acumulação de capital. Insistimos que essa acumulação foi garantida via mando militar nacional sobre os territórios ocupados.

De acordo com JARIGUE o automobilismo encarna, no início do século XX, o fim de uma fase importante da expansão do imperialismo por meio daquilo que esse autor cognomina como maquinização que permitiu, em larga escala, a expansão desse sistema de exploração e criação de uma impressionante massa de mais-valia.

A Segunda Grande Guerra participa ativamente desse processo via consumo de petróleo. É nesse estágio que o sistema econômico vai facilitar o crescimento das pressões exploradoras sobre os principais países – principalmente aqueles do próximo Oriente -detentores de grandes reservas de petróleo. Deve-se atentar que dentro do quadro de expansão do imperialismo, faz parte, além da criação e aperfeiçoamento de inúmeros equipamentos, a criação de sistema de exploração da mão-de-obra, como o fordismo e o taylorismo. Em quase todos os setores introduzem-se a cronometragem e padronização da produção, facilitando aquela. Isso se aplica grandemente à produção de derivados de caucho, à indústria automobilística e à extração de minérios.

A partir do fim da II Grande Guerra os impérios até então hegemônicos vão se diluindo e colocando ponto final no *imperialismo clássico* como o chamamos. No entanto, se queremos rigor no conceito como assinalado e requerido anteriormente devemos enfatizar: qual a dinâmica dessa ação imperial, imperialista? Se há algum elemento promotor do mesmo, que o arraste adiante a pergunta central: qual é esse elemento, essa determinação? A resposta é curta e simples ainda que acompanhada de trocadilho: a “imperiosa” necessidade do capital em se acumular, Entenda-se: o capital não se move sozinho. Não há acumulação do capital em abstrato. Nenhuma lei inercial existe aqui. Portanto, a acumulação só se pode dar via *decisão* das classes hegemônicas e suas elites encasteladas no Estado. Sobretudo quando o assunto é o grande capital monopolista com destaque todo especial para a problemática energética e sua centralidade estratégica<sup>9</sup> para o mundo da produção que se quer infinita do capital.

Possível, então, falarmos em imperialismo estando presente o elemento de sua dinâmica, a acumulação de capital. Possível ainda por envolver poderes de Estado para que os mesmos ocorram. Muda a sua forma para *capital em rede* coordenado essencialmente pela forma financeira. Muda também a dinâmica da ação em não ter à frente exércitos e os acólitos de uma burocracia estrangeira controlando e centralizando decisões em espaços exteriores ao Estado imperial. Entretanto temos ainda todos os elementos centrais presentes: o capital e sua acumulação, a ação de classes hegemônicas junto ao Estado, este exercendo seu papel sobre interesses em outros territórios, estes, por sua vez, tendo suas elites respondendo aos interesses externos e não de um projeto nacional e outros elementos mais possíveis ainda de serem mais bem detalhados e de maneira toda singular. Para o texto aqui posto e seu objeto: na questão das UHEs todos estes elementos estão presentes.

### **A força da energia elétrica**

Destaque-se, primeiramente, o papel da energia elétrica como fator de reprodução e acumulação do sistema econômico vigente. Sua complexidade e interdependência de insumos constitutivos dão força a tais fatores. O processo de globalização com seu fundamental corolário – privatização – pelo qual passa todo o mundo e, no presente caso, a América Latina é mais que confirmador de ações decorrente para firmá-lo.

Neste ponto e como forma enfática, lança-se mão de um dado semântico. A expressão *processo de globalização* é pleonástica senão, ao menos, redundante. Palavras terminadas em *-ção* indicam um processo em seu bojo. É assim com democratização, modernização, etc. Diferente não seria com globalização a nos indicar que algo se torna global. A pergunta seria: o que se torna global? A resposta é basicamente simples: o poder em escala ainda mais planetária do grande capital monopolista com o auxílio ou instigado por elites e seus Estados Nacionais representantes de suas classes hegemônicas em reproduzir, concentrar e acumular ainda mais capital seja em qual espaço for. Por esse motivo globalização assume a forma de uma nova expansão capitalista hegemônica, sobretudo pelo capital financeiro. No entanto, a expressão *processo de globalização* já ganhou fórum de “clássica” e por isso a usamos. Ainda somos favoráveis à expressão *mundialização* por denotar a construção de processo pela sociedade e não *globalização* a esconder por trás do frio globo algo inevitável, firme e rígido como lei natural.

Em 1991 REICH<sup>6</sup> afirmava que

*“Com uma regularidade anestesiante, ouve-se falar do PNB, da balança comercial, da taxa de crescimento econômico, da taxa de poupança, da taxa de desemprego (sempre da nação, sic) da produtividade, do valor do patrimônio nacional, da capacidade das grandes firmas nacionais lucrarem”*

Esta citação pode ser antecedida de teorização a respeito de internacionalização, como desenvolvido por POULANTZAS<sup>11</sup> muitos anos antes. Em seu trabalho de 1975 sobre o tema analisa as modificações contemporâneas imperialistas e seus efeitos entre metrópoles e estados nacionais. Como reforço dessa afirmação deve-se lembrar de que esse autor já vislumbrava profundas alterações, em escala mundial (ou se quiserem, global!), na economia capitalista, assim como nas necessárias forma e funções do Estado. POULANTZAS passa a se valer da expressão *fases* para caracterizar os diferentes e diversos momentos em que essa ação se dá e se passa. Entre tais fases, uma delas irá se tornar altamente adaptável ao caso brasileiro, a transferência da dominância

---

<sup>10</sup> REICH, R. *Supercapitalism*

do econômico para o político, ou seja, para o papel desempenhado pelo Estado. Esta situação se consolida quando o governo brasileiro passa a tomar a si as rédeas, via “*diplomacia de resultados*”, traçando caminho, normas e formas de atuação na expansão dos investimentos externos do país.

A força econômica da energia elétrica passa, principalmente a partir do governo que se instala em 2003, a exercer forte papel imperialista, como se verá. Para termos noção dessa força MIELNICK e NEVES (1988)<sup>12</sup> destacam a convergência de três processos de atividades produtivas:

- i) Estudos preliminares e projetos;
- ii) Construção civil da barragem e
- iii) Fabricação dos equipamentos elétricos.

A geração de energia elétrica, no Brasil, entre 2002 e 2011, segundo o BEN<sup>7</sup> oscilou de uma participação de 13,4%, em 2008, a menor nesse período, até 14,5% em 2004 e 2005. E o consumo, entre 2002 e 2011, esteve superior a 2,25% aa. A estabilização econômica imposta à sociedade após larga fase de alta inflação decorrente dos embates entre capital e trabalho social visando-a teve como uma de suas componentes a expansão de atividades produtivas e reprodutivas o alargamento das fronteiras de investimentos.

O quadro a seguir mostra a participação da energia hidráulica, fonte majoritária da eletricidade gerada e consumida no país, na matriz brasileira de energia. Pode-se ver ser ele o terceiro, mas o importante é se tivéssemos espaço e tempo para avaliar seus efeitos a montante e a jusante de sua geração, na economia do país.

<b>FONTE</b>	<b>PARTICIPAÇÃO</b> %
<b>Petróleo</b>	<b>37,9</b>

---

<sup>13</sup> BEN, 2013

<b>Biomassa</b>	<b>28,2</b>
<b>Eletricidade</b>	<b>15,2</b>
<b>Carvão</b>	<b>8,7</b>
<b>Gás Natural</b>	<b>4,7</b>
<b>Nuclear</b>	<b>1,4</b>
<b>Outros</b>	<b>3,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BEN/MME, BRASÍLIA, DF, 2011.

O planejamento energético nacional, elaborado pela EPE<sup>8</sup> é primordialmente voltado para a geração hidrelétrica, enquanto as demais fontes são contempladas de forma marginal. E, como afirmado anteriormente, a potencial reserva brasileira, da ordem de 198 GW. Esta fortemente planejada para ser obtida no Norte do país, a região amazônica.

Ocorre que essa reserva não se encontra somente em território brasileiro. Aí entram os interesses de expansão, reprodução e acumulação do sistema econômico vigente. Como os locais possíveis de serem explorados em bacias hidrográficas do país e juntando-se as demais condições propiciadoras as novas fronteiras de produção se alargam, passando para lá dos limites geográficos.

### **O aspecto geopolítico**

É mais que importante ressaltar que todos os projetos de implantação de sistemas de geração em construção e aqueles ainda carentes de detalhamentos, obtenção de financiamento e dos trâmites legais e diplomáticos exigidos e necessários tem a justificativa de sua consolidação no esgotamento em solo pátrio e na hipótese de serem apresentados como contribuição brasileira para a integração das nações latino-americanas.

---

<sup>14</sup> EPE - 2030



O Brasil tem hoje em construção, financiadas com recursos subvencionados pelo BNDES, obras em sete países da América do Sul e Central. Isso sem mencionar, por ser anterior a presente vaga, Itaipu, binacional entre Paraguai e Argentina, a segunda maior UHE do mundo com capacidade de gerar 12 GW.

A Eletrobrás, empresa *holding* da indústria brasileira de energia elétrica, intenta acrescentar 18 GW de geração ao sistema até 2020 por meio de UHE além-fronteiras. A demanda interna de energia elétrica projetada para esse mesmo período é de 70 GW, com 25% vindo do exterior.

Entre esses países encontra-se o Peru cuja UHE de Iñambary orçada em 2010 em US\$15 bilhões financiados pelo BNDES e com a Eletrobrás gerenciando tanto o projeto e construção, quanto posteriormente a geração obtida, estimada em 7 GW. Na Bolívia o principal projeto é Cachoeira Esperança<sup>15</sup> extremo *hinterland* do país fronteira com o Brasil. Para um potencial estimado em 8 GW, na Guiana está sendo estudada a implantação de uma UHE com 1,5 GW. Neste caso, é necessário se destacar que é visada a importação de toda a geração para o Estado de Roraima (RR) objetivando substituir a atual geração altamente danosa ao meio ambiente por ser movida a óleo Diesel. No rio Uruguai estão sendo implantados 2 GW fronteirços entre Argentina e Brasil. Ainda, estudam-se projetos no Suriname e Guiana Francesa. No Peru, outro dos países nos quais o Brasil implanta ou visa a implantar UHE, a situação esteve muito delicada, demandando intenso trabalho diplomático do governo brasileiro para atenuar os comentários internos de ação imperialista, transformando este em *compartilhamento energético*. Para abrandar tais críticas foi necessário transformar cláusulas do projeto inicial prevendo que quase toda a energia gerada por Iñambari será adquirida pelo Brasil.

Em todos os projetos mencionados levou-se em conta, segundo as condições locais, o preço final de geração que poderá propiciar tarifas finais mais acessíveis para os consumidores finais. No Peru, por exemplo, segundo a imprensa, com um potencial considerável, mas inexplorado, o custo seria de US\$52 e na Bolívia de US\$58. Nas mesmas condições, afirma-se que no Brasil atingiria US\$77.

Necessário acrescentar neste ponto que o conceito de geopolítica está sendo usado em todo o seu espectro fundamental. Normalmente usado como referência a qualquer assunto com referência a relações internacionais e, portanto, tomado de certa

vulgarização, a geopolítica guarda articulação, sem dúvida com diplomacia e relações internacionais, porém tendo como base o território, o espaço geográfico em questão. Neste aspecto fundamenta-se nosso texto uma vez que os projetos de UHEs abrangem territórios externos ao brasileiro e estando o espaço geográfico imbricado substancialmente nesses projetos. Com isso podemos ainda adiantar uma conclusão relacionando o conceito de imperialismo com o de geopolítica ora posto: é o fato de que as UHEs constituem um verdadeiro projeto *geopolítico imperialista*.

Para melhor visualização, serão apresentados a seguir alguns dos exemplos de construção de UHE no continente.

<b>PAÍS</b>	<b>FASE/LOCALIZAÇÃO</b>
ARGENTINA	RIO URUGUAY
BOLÍVIA	CACHUELA ESPERANZA
GUIANA FRANCESA	EM ESTUDO
GUIANA HOLANDESA	FRONTEIRA RR
PERU	IÑAMBARY
SURINAME	EM ESTUDO
NICARAGUA	A. CENTRAL

A menção a países da América do Sul precisa ser completada e ampliada com a introdução de outros que não tem projeto de expansão hidrelétrica financiada ou

construído por capitais e empresas brasileiras<sup>9</sup>. Trata, no caso, do Chile onde o capital internacional exerce pressões para a implantação de cinco (5) UHE nas “*cuencas*” do rio Baker e Pascua, com uma potência de 2.750 MW. No entanto, estudos elaborados por consultores internacionais e do próprio país concluíram que o chamado “*Proyecto Hidroaysén*” é, nas condições dadas, totalmente inconvenientes.

Muito além da participação do Estado brasileiro no financiamento para a expansão do sistema de geração dois outros casos, totalmente distintos, podem ser mencionados ainda que apresentem características completamente diferentes. São destacas por ambas apresentarem

até mesmo ações criminosas. A primeira pode ser verificada em recente documentário produzido por equipe organizada por GAZON (nov./2014). Trata-se das construções das barragens de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, na Amazônia brasileira. Os crimes cometidos, por falhas técnicas e total desconhecimento de algo maior – a sociedade original da área – são imensos e até agora irreversíveis. Esses empreendimentos contam com substanciais aportes da maior instituição financeiro do país – o BNDES – e de todos os órgãos oficiais atinentes a atividade.

O outro caso abordado também é internacional, recente com resultado trágico. Trata-se da construção da barragem de Sivens, na região de Tarn/Auby, departamento de Gascogne, França. O custo de tal projeto, segundo a imprensa francesa, está orçado em, um pouco mais de 8 milhões de euros, como a seguir: 4,2 milhões vindos d’ Agência d’águas de Adour- Garonne; 2 milhões do Fundo Europeu FEADER/Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, finalmente 1 milhão das Municipalidades de Tarn e de Tarn-Garonne. Recentemente, em uma manifestação pacífica, houve violenta reação policial levando a que Rémy Fraise, de 16 anos, fosse atingido por granada arremessada pela repressão, causando sua morte. O que se pretende destacar nesse infausto acontecimento é que são capitais públicos que financiam tal projeto.

O objetivo do trabalho que facilitou o presente artigo depois de apresentar os casos de outros empreendimentos na América do Sul e, mesmo assim, mencionando outros grandes financiamentos delo BNDES, por exemplo, fora de tais objetivos pode

---

<sup>16</sup> Além das construções de UHE’s capitais brasileiros por meio de suas grandes mpreiteiras outras obras de alto valor estão sendo levadas a cabo em outros países. Entre esses e suas respectivas obras podem ser destacadas, no Equador, a UTE de Punta Calina, com capacidade para atender a demanda de uma cidade equivalente a Natal/RN e a UHE Cambembe, em Angola, na África. É impossível deixar de lado, também, a barragem de Moamba-Major, obra prevista, no originalmente no PAC.

mencionar a construção da termelétrica Punta Calina, na República Dominicana. Atravessando Continentes, menciona-se a hidrelétrica de Cambambe, em Angola.

### **O poder financeiro: o imperialismo toma formas novas<sup>10</sup>**

Mesmo sendo encarada como pleonismo, a expressão “globalização mundial” é de importante menção por se tratar de um movimento de capitais substancialmente internacionalizados cuja única característica é a de serem voláteis e apátridas. A partir do momento em que o processo de privatização impõe-se no país a indústria de energia elétrica passa a ser encarada como mais uma mercadoria sua forma de reprodução deve atender aos desígnios de seus controladores, e não mais do Estado como até então. Ainda que demande longa explanação, deve ficar clara a predominância do chamado capital financeiro. E tal forma de reprodução e acumulação dar-se-á com base nele, como predominante sendo outra característica do *novo mundo* da globalização e das formas novas, tentaculares, formando redes do imperialismo em “novo estilo”.

### **O Estado brasileiro no *Novo Mundo***

O governo que emerge em 2003 toma a si a tarefa de inserir o país nesse novo mundo, o da globalização, dentro daquilo que lhe é possível. Um dos caminhos é, aproveitando-se de conjuntura altamente favorável, utilizar a pujança que a indústria brasileira de construção civil vinha gradativamente tendo em anos anteriores, inclusive com obras no exterior. Internamente tais empresas vinham, nesses anos recentes, adquirindo renome, principalmente, com as obras de construção de grandes usinas hidrelétrica. Fatores, também importantes para a expansão de tais empresas, foram a disponibilidade de capitais estatais financiadores de tais atividades e a necessidade interna de ampliar a geração, mesmo que em outros países, de energia elétrica.

Ainda que carente de muitos estudos e comprovação quantitativa que lhe dê qualidade pode-se afirmar o lento, mas perceptível, declínio da pujança industrial americana. Sem afirmarmos ser a razão final, um dado é relevante: a taxa de lucro das empresas não financeiras nos USA alcançou o ponto máximo, em 1965, de 10%, enquanto que em 1980 eram de 7%, ou seja, um terço menor. (REICH, 1991).

---

<sup>17</sup> Notar neste ponto a conexão entre o capital financeiro e o anteriormente referido sobre o mesmo ao abordarmos as questões sobre o conceito de imperialismo.

É totalmente impossível deixar-se de lado a questão de criação e expansão das antigas ideias de integração latino-americana. Vários programas foram tentados ao longo da história econômica brasileira. A análise de seus antecedentes e consequentes fogem aos objetivos deste artigo, mas deve ser destacado que deram certo em pontos específicos e temporais, não tendo apresentado resultados mais significativos. A grande exceção, ainda que trôpega, passa a ser o MERCOSUL. Nesse, destaca-se a questão energética cuja maior e mais importante contribuição foi de propiciar a entrada e expansão da indústria do gás natural no país, majoritariamente em mão do grande capital internacional.

Os dados e argumentos apresentados aqui não podem ser minimizados e sim entendidos como essenciais na expansão do “*capitalismo brasileiro*” que o levou ao imperialismo sobre outros países latino-americanos.

#### **REFERÊNCIAS:**

- ALIBER, Robert Z. *O Jogo Monetário Internacional*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- ALTHUSSER, Louis. *La Revolución Teórica de Marx*. Siglo XXI, Madri-México-Buenos Aires, 1973.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- BELTRAN, Jorge Isaias Llagostera. *Categorias Relevantes para a Definição de Metodologias em Planejamento Energético: Totalidade e Historicidade*. II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Unicamp, 12-14 de dezembro de 1994.
- BENOIT, Hector. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O Capital*”. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Xamã, 1999, n.8, pp. 81-92.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar □ A Aventura da Modernidade*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986, 1ª ed. (2000, 17ª reimpressão).
- BERNAL, John D. *Ciência e Indústria em el Siglo XIX*. Edições Martinez Roca, Barcelona, 1973, 1ª ed.

BENAKOUCHE, Rabah. *O que é Capital Internacional*. São Paulo, Brasiliense, 1982, col. "Primeiros Passos".

BRANCO, Samuel Murgel. *Energia e Meio Ambiente I*. Editora Moderna, 1990, 14ª ed., Col. Polêmica.

BRAUDEL, Fernand. *La Dinámica del Capitalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1986, 1ª ed.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980, 2ª ed.

BUKHARIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*. Abril Cultural, São Paulo, 1984, col. "Os Economistas".

CARCANHOLO, Reinaldo et alli, *Século XXI: Crise de uma Civilização – Fim da História ou Começo de uma Nova História?* CEPEC, Goiânia, 2010, 1ª ed.

CASSIRER, Ernst. *El Mito del Estado*. Fondo de Cultura Económica, México, 1992, 2ª ed.

CHENEY, Richard. "La nueva estrategia energética de EE.UU." Discurso do vice-presidente dos EUA ante a Reunião Anual da *Associate Press*, Toronto, Canadá, segunda-feira, 30 de abril de 2001. Fonte: Embaixada norte-americana na Colômbia.

CHESNAIS, François e SERFATI, Claude. "‘Ecologia’ e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas". *Crítica Marxista*, nº 16, março de 2003, pp. 39-75.

CHOMSKY, Noam. *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1999, 2ª ed.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico – A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

DOBB, Maurice. *Introducción a la Economía*. Fondo de Cultura Económica, México/Buenos Aires, 3ª ed., 1961.

\_\_\_\_\_ *O Crescimento Econômico*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

\_\_\_\_\_ *A Evolução do Capitalismo*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, 8ª ed.

DOTI, Marcelo Micke. *As Dimensões Humanas da Categoria Trabalho em Marx*. Monografia de Graduação, Unesp, FCL/Araraquara, 1989.

\_\_\_\_\_ *Capitalismo e Ser Social – O afastamento das barreiras naturais e o Irracionalismo em Lukács*. Dissertação de Mestrado, Unesp, FCL/Araraquara, 1999.

\_\_\_\_\_ *O Irracionalismo, A Destruição da Totalidade – Ensaio sobre a Ideologia do Capital Globalizado*. TDI.

\_\_\_\_\_ *Sociedade, Natureza e Energia – Condições Estruturais e Superestruturais de Produção no Capitalismo Tardio*. Unicamp, Tese de Doutorado, 2006.

\_\_\_\_\_ *Sociedade, Natureza e Energia – Condições Estruturais e Superestruturais de Produção no Capitalismo Tardio*. Editora Edgard Blucher, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ e GUERRA, Sinclair Mallet-Guy. “Capitalismo e Irracionalismo: esboços de desenvolvimento de uma ideologia do capital”. *Novos Rumos*, Ano 20, nº 44, 2005, pp. 30-40.

\_\_\_\_\_ “Bicombustíveis, uma polêmica do desenvolvimento socioeconômico”. In: *Ciência & Cultura*. Vol.60, nº 3, São Paulo, setembro de 2008, pp. 37-43.

\_\_\_\_\_ “Bicombustíveis e Desenvolvimento Econômico”. In: HAGE, José Alexandre (org.) *A Energia, a Política Internacional e o Brasil*. Instituto Memória, Curitiba, 2008, pp. 347-368.

DUCASSÉ, Pierre. *História das Técnicas*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1962, 2ª ed.

FERRARI, J. C. *La Energía y la Crisis del Poder Imperial*. Siglo XXI, Argentina, 1975.

FIORI, José Luís. *O Poder Global*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global – História Econômica e Política do Século XX*. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: o Envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. Editora Unesp, São Paulo, 2008.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, 25ª ed.

GARZON, Luís Fernando Nóvoa, *Entre o cheio e o vazio*, documentário encontrável em

[http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10238](http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10238)

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. *Império*. 2ª ed. Record, São Paulo/Rio de Janeiro, 2001.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 13ª ed., 2006.

ILLICH, Ivan. *Energia e Equidade*. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1975, 1ª ed., col. “Cadernos Livres”, nº 7.

\_\_\_\_\_ *Sociedade, Natureza e Energia – Condições Estruturais e Superestruturais de Produção no Capitalismo Tardio*. Ed. Edgard Blücher, São Paulo, 2008.

JARIGUE, François. *Techno-Critiques*, ed. La Découverte, Paris, 2014

LENIN, W. I. U. *El imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Ed. Progreso, Moscou, 1981.,

REICH, R. *Supercapitalism*, ed. Verso, NY/USA, 2009

SLESSER, M. *The energy in the Economy*, ed. The MacMillan, London, 1978.

RECEBIDO EM 12-12-2014

APROVADO EM 31-08-2015